



Anais da Assembléia

Nº 24

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 06 DE ABRIL DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 1976

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Leopoldo Jacomel.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (41); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Roslindo Fruet, Fidelcino Tolentino, Accioly Neto, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Enéas Faria, Francisco Escorsin, Hélio Manfrinato, João Cioni Netto, Nilso Sguarezi, Trajano Bastos e Wilson Fortes (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nosso trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Alvares Delfino, ocorrido na cidade de Londrina.

Ligado à tradicional família londrinense, sua morte abre grande lacuna naquela cidade, sendo das mais justas a homenagem que se pretende prestar pelos relevantes serviços prestados à cidade em que viveu.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja registrado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pelo transcurso do 4º aniversário da TV Esplanada - Canal 7, de Ponta Grossa, e oportunamente, cumprimentar a pessoa do Senhor Diretor Presidente Constâncio Mendes, bem como toda a equipe de Direção e de trabalho pela sua adequa-

ção durante estes quatro anos a bem da comunidade pontagrossense e Paranaense.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que ouvido o Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos da Casa, um voto de regozijo pelo transcurso do 157º aniversário da Cidade de Palmeira.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1976.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final assinado, usando das atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Deputado Arnaldo Busato, Digno Secretário de Saúde do Estado, solicitando urgentes providências no sentido de coibir a venda à população de leite em embalagem plástica, na qual não consta sua origem, nem tampouco o número de inspeção Federal ou qualquer indicação de controle sanitário.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1976.

(a) ANTONIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

O consumo pela população não apenas da Capital, mas de todo o Estado de alimentos que não passem pela necessária inspeção sanitária, é sem dúvida muito grande. Há poucos meses, toda a imprensa noticiou que algumas marcas de leite eram vendidas com impurezas. A população, sem conhecimento de qual das marcas não apresentavam o necessário cuidado na pasteurização, obrigou-se apenas a confiar nas autoridades, no aguardo que as mesmas sanassem o problema. O que não podemos admitir é a venda à população de leite, em cuja embalagem não conste a sua origem, indicando consequentemente, que tal produto não passou pelo Serviço de Inspeção Federal ou ainda tenha o necessário registro do DIPOA. Urge portanto, que a Secretaria de Saúde do Estado, órgão diretamente responsável pelos negócios de saúde de nosso povo, tome medidas urgentes, no sentido de corrigir referido problema.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, se officie ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação e da Cultura, Dr. Francisco Borsari Neto, a fim de que o mesmo determine uma melhoria e assistência aos Educandários de Ponta Grossa e da Região dos Campos Gerais ou sejam, as cidades de Castro, Piraí do Sul, Jaguariaíva, Telêmaco Borba, Reserva, Cândido de Abreu, Ivaí, Ipiranga, Imbituva, Teixeira Soares, Palmeira etc.

Apesar do esforço da Secretaria de Educação deste Estado muito deixa a desejar a presença do Governo, em termos práticos e objetivos em material concernente à Educação, nessas casas de Ensino Paranaenses, pois apesar dos reclamos das Senhoras Diretoras e dos Senhores Diretores, das Representa-

ções Políticas da ARENA e do MDB, das Inspetorias de Ensino dos Senhores Professores e das Senhoras Professoras, enfim da Comunidade em geral, o Governo através da Secretaria da Educação não tem proporcionado uma atenção como merece a educação nesse pedaço do Paraná, falta de mimeógrafos, nos pedidos escolares, falta de papéis para o ensino de criatividade da criança, falta enfim de grande parte de material didático para melhor conseguir o professor, desenvolver o seu papel de ensinar e nada mais justo o Governo proporcionar os meios para aqueles que no dia de amanhã serão os dirigentes dessa grande Nação que é o Brasil.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento em vigor, requer à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expedientes aos Senhores Jayme Canet Júnior, Governador do Estado; Desembargador Henrique Nogueira Dorfmund, Presidente do Tribunal de Contas e João Elísio Ferras de Campos, titular da Secretaria da Administração, no sentido de solicitar aos mesmos, urgentes providências para construção de edifício para abrigar o Fórum da Comarca de Santa Isabel do Ivaí.

No próximo mês de agosto, a comarca de Santa Isabel do Ivaí, comemorará seu 130º aniversário de instalação.

Durante esses treze profícuos anos de existência, essa instituição, que jurisdiciona além do município-sede, o vizinho município de Planaltina do Paraná, vem funcionando precariamente, provisoriamente, em um velho prédio de madeira, cuja construção, data ainda de 1948, quase já portanto com 30 anos.

Aquele velho casarão foi cedido ao Poder Judiciário do Estado, pela Companhia Tarquínio Marques Ferreira e Outros responsáveis pela fundação e colonização daquela cidade.

Pela antiquidade do imóvel, é fácil constatar o estado em que o mesmo se encontra.

O isabelense envergonha-se de indicar aquele prédio como sede de sua comarca.

Seu estado, contrasta abertamente com a dignidade, o decoro, a decência e a magnitude do Magistério Público.

Até agora, foi vã a luta das administrações municipais isabelenses, atual e anteriores, que sempre pleitearam junto aos Poderes Públicos, uma solução para tal situação, que denigre a imagem do portentoso município isabelense, um dos maiores produtores de café do Paraná.

Estamos assistindo às constantes viagens dos homens do nosso Governo, às mais distintas regiões do Estado, ora inaugurando obras, ora firmando convênios para inícios de novas empreitadas.

É motivação de gaudio, de satisfação. Essa movimentação é auspiciosa, pois é o Governo que se interioriza.

Patente fica que o Parlamentar que o presente subscreve, discorda dos que apontam o partido oposicionista como crítico permanente. Patente fica que aplaudiremos iniciativas governamentais que realmente partam ao encontro das ansiedades do povo paranaense.

Portanto, Senhores Presidente, Senhores Deputados, é com muita confiança e quase certeza que apelamos às autoridades já mencionadas, encarecendo junto às mesmas, para que voltem os olhos para a comunidade de Santa Isabel do Ivaí, estudem seu potencial econômico, conscientizem-se da participação daquele município na tarefa de engrandecimento desse Estado, através do trabalho de sua gente, dos lavradores, dos criadores de gado, do operariado, de seus professores, dos homens que a administram, analisem as cifras e dos dados fornecidos pelas diversas fontes de arrecadação e de produtividade

daquelas terras e, como fórmula compensatória, atendam essa tão justa reivindicação, dando mostra concreta de consideração e respeito para o próprio Poder Judiciário, para com a comunidade isabelense e para com a comunidade planaltinense, também servida e atendida pelo Fórum da Comarca de Santa Isabel do Ivaí.

A edificação de prédio em alvenaria para abrigar os serviços daquela comarca é um desagravo ao Magistério Público, ferido em seus brios, maculada em sua dignidade, quando do exercício das nobres atividades forenses em local destituído de qualquer representatividade.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra, para o Grande Expediente, ao Sr. Deputado Maurício Fruet. — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont. — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não era a nossa posição que iríamos nesta tarde defender neste plenário, como também não seria a posição dos Srs. Deputados estaduais do MDB, que se fazem presentes nesta Casa de Leis com a sua representação política, e também não seria a dos nossos companheiros Deputados federais do MDB que honram a representação política em termos federais, e não seria também com a ausência do ilustre Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, desta Casa, que nós iríamos fazer menção às suas palavras ditas na última reunião de sexta-feira. Mas não poderíamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de forma alguma, nós que tentamos através das nossas posições políticas, através principalmente da nossa atuação como representantes do povo, escutar, ouvir, analisar e não responder mas simplesmente posicionar o que realmente se identifica com os homens do MDB nesta Casa de Leis; se fizerem uma avaliação a qual já foi feita pela imprensa credenciada nesta Casa, se revivermos neste plenário as atuações dos ilustres companheiros da ARENA, veremos de que no resultado, aquelas pessoas que realmente se identificam com os princípios revolucionários analisando, situando o Governo das falhas administrativas, fazendo sentir o Governo Estadual e federal aquilo que reivindica o povo paranaense e o povo brasileiro, veremos que nós, homens do MDB, é que encontramos a ressonância dos apelos das comunidades que aqui estão representadas. O que nós não podemos admitir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que a liberalidade dita por aquele Sr. Deputado estadual o qual nós respeitamos, seja no sentido genérico, que faça com que aquela imagem que nós temos, aquela decência que possuem os homens do MDB desta Casa, na sua totalidade, fosse ela enfatizada como o foi, por aquele Sr. Deputado que tentava, de uma ou de outra forma, denegrir aquilo que todo o Paraná conhece, e que as posições políticas dos ilustres companheiros desta Casa referendam na sua atuação.

O que nós queremos é que fique ao Paraná, e bem claro, que o Diário da Assembléia, que é editado diariamente, aí está para comprovar a análise de uma fala que invalida, de uma fala que foi até emocional, de uma fala que foi feita sem conhecimento, pesado unicamente num sentido de identificação de um senhor candidato, e atribuída num sentido genérico, para toda uma bancada, para todo um partido.

O que nós queremos e sempre defendemos, como defendeu o ilustre deputado que usou da palavra naquela manhã, de que o episódio antes da campanha, quando aquele ilustre parlamentar foi envolvido através de sindicância feita através de mensagens até do Governo, da Secretaria de Saúde Pública no envol-

vimento de roubo de vacina do Paraná, onde ele mesmo através do seu testemunho, através da sua oratória, nós ouvíamos e nem conhecíamos pessoalmente, Quielse Crisóstomo, mas defendíamos já, ouvindo aquele ilustre Deputado falar. De quando o seu filho comparecia na escola, era ele interpelado pelo ato que seu pai não praticou. Aquela injustiça que ele mesmo teve ao seu ombro, naquela sua acuação de vacinas, neste Paraná, nós defendíamos já o ilustre Deputado. Como estamos fazendo agora. O que nós não queremos, é que nesta Casa fique o testemunho de que uma individualidade de um partido, seja atribuída no cômputo geral.

O que nós queremos, é que fique a bem da família paranaense, aquilo que realmente acontece nesta Casa, e não seria bem, agora já, com a presença do ilustre Deputado, se faz assento nesta Assembléia, não seria como nunca o foi da sua formação, atribuir aos homens do MDB, aquilo que não é verdade. E principalmente, uma imagem distorcida da posição da ilustre bancada do MDB nesta Casa, e no Congresso Nacional; basta recordarmos, Srs. Deputados, as posições de Alencar Furtado, de Alvaro Dias, de Olivir Gabardo, Sebastião Rodrigues, enfim, de todos os Srs. Deputados que, na sua maioria, dão uma amostra realmente, da alta capacidade principalmente, do incentivo a contribuir aos governos, através das críticas construtivas, que são atribuídas aos governos instituídos desta Nação.

O que nós queremos, é que fique neste Paraná através da Imprensa, que, realmente, nós queremos liberdade; mas uma liberdade honesta, uma liberdade sadia, uma crítica construtiva; como sempre foi e será o feitio dos homens do MDB nesta Casa e no Congresso Nacional.

Quero, antes de finalizar a minha presença nesta Casa, indgar do ilustre Deputado Quielse Crisóstomo, se deseja um aparte?

O Sr. Quielse Crisóstomo — Obrigado.

Infelizmente, cheguei ao final da sua oração, e como V. Exa. já terminou, eu não pude captar bem a sequência, e até onde V. Exa. repisou o nome deste modesto Deputado arenista.

Contudo, a última frase que eu pude ainda escutar, eu devo-lhe dizer que com relação à vacina, eu agradeço, se por acaso V. Exa. tentou me defender, mas eu não preciso da defesa de ninguém, com relação à vacina e nem satisfações a dar. A não ser aquela que eu dei na oportunidade, através de inquérito que eu pedi, que eu abri, e só não processei o responsável. E deveria, porque entendi que o império político que lutou contra mim naquela época, foi destruído pelo povo. E aqueles que falaram até em cassações foram cassados pelo povo.

Então eu achei de que foi Deus e a consciência popular que fizeram justiça por este Parlamentar.

Muito obrigado se porventura V. Exa. naquela época, eu nem o conhecia, tivesse estado do meu lado, por entender a coisa de maneira como realmente ela é. Agradeço-lhe.

Com relação à outra parte que eu pude captar de ataque, que sentia a bancada, foi porque também o fez o orador que estava na tribuna, quando se referia, em tese, ao Governo que ministrava a Revolução. Entendo, como Deputado da ARENA, que quando o Governo, ou a Revolução, ou o meu Partido são atacados é a família arenista, que para mim é um somatório de Governo, Revolução e ARENA.

Também respondi em termos de tese porque senti que a ofensa, na linguagem própria do orador, foi também extensiva e o inconformismo do orador, não foi contra um Deputado, não foi contra um partido, mas contra tudo. A tese exposta pelo Deputado Nilso Sguarezi foi a de que vamos resistir, foi convidando. Parecia, isto no meu entendimento e eu respondi aos dois discursos escritos, dois discursos pensados e elaborados em Casa, respondi de improviso, tópico por tópico, aquilo que foi dito da tribuna.

Então eu entendi que os dois deputados emedebistas atacaram em tese a ARENA, o Governo e a Revolução.

E eu senti que V. Exa. em determinado momento não comungava do ataque em tese e queria separar. Não troquei idéias com V. Exa., mas eu senti o seu procedimento na cadeira. Queria separar Governo e Revolução. V. Exa. discordava, me parecia, do Governo, mas não da Revolução. Foi um entendimento que tive assim mais por telepatia. Mas não posso nem nisto concordar com V. Exa. porque, no meu entendimento, quando se fala de Governo, fala-se em Revolução, porque este Governo é da Revolução. E quando se fala em ARENA, também se fala em Revolução, porque este é o Partido do Governo, que é o Governo da Revolução.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do Deputado Quielse Crisóstomo e queria tão somente, ao terminar, que ficasse registrado que o Governo Revolucionário instituiu após 64, os dois Partidos políticos. O Governo participa, nos Estados da Federação, com a indicação do Governo Central, na pessoa dos Srs. Governadores. O Governo participa, também, na indicação do Presidente da República, referendado pelo Congresso Nacional. Automaticamente, o Governo é um e a Revolução é outra. Quem realmente se identifica com os princípios revolucionários é a bancada do MDB que denuncia corrupções administrativas, como aquela que Nivaldo Krüger denunciou desta tribuna, quando falava em Haroldo Leon Peres, ladrão do Estado do Paraná. Então estes homens que pertencem ao MDB, que identificam a corrupção administrativa neste Paraná e no Brasil é que são os revolucionários deste País.

Em tese, até acreditamos que alguém da ARENA queira se identificar com o Governo. Mas o Governo não pertence à ARENA, é do povo e nós somos de um princípio revolucionário, denunciando as arbitrariedades, como aquela denunciada por Deputados do MDB que foram ameaçados, na época, nesta própria Casa por processos, quando denunciavam a corrupção administrativa feita pelo ex-Governador Haroldo Leon Peres.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Deputado, eu aí devo acompanhar V. Exa. quando disse que o MDB também participa da Revolução. Concordo, porque ele surgiu com a Revolução e V. Exa. há de lembrar-se de nossas palavras, na tribuna, quando nos referíamos ainda ao Deputado Nilso Sguarezi, de que o MDB devia um agradecimento à Revolução, porque graças a ela temos a tribuna, graças a ela temos os Partidos, graças a ela temos a democracia e graças a ela temos a liberdade. Aí comungo com V. Exa. Também o MDB é fruto da Revolução.

Mas, não posso concordar quando V. Exa. atribuiu ao MDB as correções da Revolução. Se a Revolução pecou na indicação de Haroldo Leon Peres, até discordo com isso, talvez tenha sido esse homem público que tenha resolvido pecar contra a Revolução. Porque, até àquele momento, a sua vida pregressa, a sua vida como homem público do Paraná, merecia crédito de todos nós, somente deixou de merecer quando assumiu o Governo. E a própria Revolução o puniu. A própria Revolução quando tomou conhecimento do procedimento daquele homem público, tomou as medidas necessárias. E digo mais: V. Exa. sabe que as medidas punitivas de nossa fiscalização democrática são feitas contra homens do Governo e também do MDB.

V. Exa. sabe que homens da ARENA, o próprio ex-Governador do Paraná, tombaram diante das exigências que a própria Revolução impõe aos homens públicos do Brasil.

Então, caiu um governo da ARENA, mas caiu pelo próprio crivo revolucionário, pelo crivo do Governo, pelo crivo do sistema democrático brasileiro.

Motivo pelo qual quero fazer um parêntesis à referência de V. Exa., que o MDB é a própria Revolução. Não, o MDB é fruto da Revolução; mas a ARENA é a própria Revolução. Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do nobre Deputado Quielse Crisóstomo.

Apenas queria rememorar que Haroldo Leon Peres não foi cassado, e sim renunciou espontaneamente. Renúncia essa que foi apresentada a esta Casa pelo seu assessor direto.

Pelo que consta, pelas notícias divulgadas nos jornais, Haroldo Leon Peres, até o dia de hoje, não sofreu sanção alguma por parte do Governo Revolucionário. Pois que sabemos que ele é um dos homens mais credenciados de uma das casas financeiras desta Nação, com sede na Guanabara. E pelo que consta, também, através de notícias divulgadas nos jornais, detém ele a direção de um dos maiores grupos financeiros desta Nação.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, só para esclarecer; o ex-Governador não foi cassado, ou melhor teve uma cassação branca. Porque, se ele não renunciasse seria cassado.

Então, ele botou o “carro na frente dos bois”. Foi avisado que seria cassado se não renunciasse. Então, renunciou.

O cidadão brasileiro, quando cassado, é cassado em seus direitos políticos. Suas atividades financeiras não são cassadas, ele pode exercer suas atividades comerciais, financeiras.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Apenas para memorizar, nobre

Deputado, os cidadãos brasileiros, quando cassados, ficam proibidos de exercerem suas atividades financeiras com órgãos creditícios oficiais, tais como o Banco do Brasil e também com os Bancos de Estados, ficam marginalizados de todas operações financeiras com esses órgãos.

Pelo que temos conhecimento, nobre Deputado, até hoje, o Sr. Haroldo Leon Peres continua disputando de todas as regalias possíveis atribuídas a nós, cidadãos não cassados.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço, nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, mas o problema é o seguinte: Haroldo Leon Peres não foi cassado, ele pediu renúncia e como podemos cassar uma pessoa que não é Governador, que não tem cargo efetivo? Então, por esse motivo, ele não foi cassado, pois ele apenas renunciou.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do Deputado

Gabriel Manoel, mas para nós, que primamos por uma decência de caráter político, acreditamos que a simples renúncia não apagou o erro cometido pelo Sr. Haroldo Leon Peres, não se pode “tapar o sol com a peneira.”

Mas a simples renúncia não daria a ele condições para sua vinculação a estabelecimentos de crédito desta Nação e não seria, para o governo revolucionário que sempre tem o mesmo peso e a mesma medida para todos, essa renúncia que daria a ele, aqui foram todas as mesmas prerrogativas de um cidadão honesto desta Nação brasileira.

Ao finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queríamos que ficasse esclarecida nesta Casa, a posição tomada naquele momento e hoje transfigurada através de sua presença e sua palavra, que realmente os homens do MDB e da ARENA têm a responsabilidade de representar a revolução e nós aqui primamos por essa honestidade de representação queremos dizer que estaremos nesta tribuna sempre, como até o dia de hoje, aplaudindo o governo quando estiver certo e reprimido os atos administrativos que não venham de encontro às aspirações da coletividade paranaense. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 104/75, de autoria do Deputado Accioly Neto, que dispõe sobre a privatividade

dos Despachantes na mediação das relações entre o contribuinte e o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., COM EMENDA. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 166/75, de autoria do Deputado Alfredo Gulin, que declara de utilidade pública, a Associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar Professora Maria Pereira Martins, bairro da Barreirinha, nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 168/75, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que declara de utilidade pública, a Sociedade Beneficente Operária Esperança, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 254/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 344/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Rolândia, objetivando execução de melhorias no prédio do Grupo Escolar do Distrito de São Martinho, daquele município. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 01/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 56/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social, com o município de Colorado, objetivando construção do prédio destinado a Unidade Sanitária na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 15/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem n.º 14/75, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva doar ao município de Curitiba os bens constantes do sistema de sinalização de trânsito da cidade do mesmo nome. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.P. — Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 02/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 60/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, para execução de projeto de Engenharia da Rodovia BR-153, trecho Ibaíto — Alto do Amparo. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

Comissão de Constituição e Justiça Projeto de Resolução N.º 02/76.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 3 de abril de 1975, entre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, para execução do Projeto de Engenharia da Rodovia BR-153, trecho Ibaíto-Alto do Amparo.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente e Relator.

Comissão de Constituição e Justiça

Parecer à Proposição N.º 60/76

Acompanhado da Mensagem Governamental n.º 2/76, de 22 de janeiro de 1976, é encaminhado à apreciação desta Ca-

sa, Convênio celebrado em 3 de abril de 1975, entre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, para a execução do Projeto de Engenharia da Rodovia BR-153, trecho Ibiti-Alto do Amparo.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 17 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente e Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 172/75, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade pública, a Sociedade Caxiense de Mútuo Socorro, com sede na cidade de Caxias do Sul — Estado do Rio Grande do Sul. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

Projeto de Lei N.º 172/75.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Caxiense de Mútuo Socorro, com sede na cidade de Caxias do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1975.

a) Paulo Camargo.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, presta inegavelmente, relevantes serviços à comunidade. Pela documentação apresentada, verifica-se que a sua Diretoria não recebe qualquer remuneração, não visa lucros e nem distribui dividendos. Releva notar que esta entidade tem uma filial instalada nesta cidade de Curitiba e conta com grande número de associados no Estado do Paraná, o que se comprova por uma extensa relação anexa a este processo. Todos os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria estão plenamente satisfeitos. Sendo assim, oferecemos este plano de lei à apreciação desta Casa, esperando a sua aprovação.

Comissão de Constituição e Justiça Parecer ao Projeto de Lei N.º 172/75.

De autoria do nobre Deputado Paulo Camargo, o presente Projeto de Lei visa declarar de utilidade pública a Sociedade Caxiense de Mútuo Socorro, com sede na cidade de Caxias do Sul.

Da análise do processo, e da documentação que o acompanha, temos que os requisitos essenciais exigidos pela Legislação Estadual e Federal, estão preenchidos.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, estando assim o Projeto em condições de ter a sua tramitação normal.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1975.

aa) Accioly Neto, Presidente;
Dácio Leonel, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 23/76, de autoria do Poder Executivo, mensagem n.º 42/76, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva criar no Quadro Próprio de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado, cargos que especifica e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.M., EM REGIME DE URGÊNCIA.—

Comissão de Constituição e Justiça Parecer ao Projeto de Lei N.º 23/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

O Presente Projeto de Lei oriundo de Mensagem Governamental, objetiva criar no Quadro Próprio de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado, cargos de provimento em Comissão, e dá outras providências.

De acordo com a exposição e pela consequente extinção de cargos que o ante-projeto prova, temos que o mesmo se acha constitucionalmente em condições de ser aprovado.

Nestas condições, o nosso Parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) Accioly Neto, Presidente e Relator.

Comissão de Finanças Projeto de Lei N.º 23/76. Mensagem N.º 42/76.

Parecer:

Tendo por base Mensagem do Senhor Governador, o Projeto de Lei ora em exame, cria e extingue Cargos no Quadro de Pessoal de Secretaria desta Casa.

As despesas decorrentes da execução do objetivo do Projeto, correrá à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Portanto, do ponto de vista financeiro a proposição está em condições de ser aprovada.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 31 de março de 1976.

aa) Quilse Crisóstomo, Presidente;
Gabriel Manoel, Relator.

Comissão de Recursos Humanos Parecer ao Projeto de Lei n.º 23/76.

O presente Projeto de Lei n.º 23/76, oriundo da Mensagem governamental n.º 42/76, visa a criação de cargos de provimento em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa.

De acordo com o parágrafo único do Art. 1.º, do Ante-Projeto, são previstos a extinção de cargos de carreira. Prevê ainda o Art. 2º a delegação à Comissão Executiva, mediante Decreto Legislativo, promover a reorganização dos serviços Administrativos da Secretaria deste Poder Legislativo.

Sobre o Projeto, já manifestaram-se favoravelmente as duntas comissões de constituição e Justiça e Finanças.

Com relação a esta Comissão, temos que o presente Projeto de Lei vem de encontro aos propósitos de dotar este Poder Legislativo com pessoal capacitado para o atendimento nos setores de assessoramento.

Isto exposto, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) Jurandir Messias, Presidente e Relator.
Em discussão.- Encerrada a discussão.- Em votação.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Projeto de Lei n.º 23/76 diz respeito a anteprojeto encaminhado pelo Poder Executivo e visa criar no quadro próprio da Assembléia Legislativa cargos e dá outras providências.

No seu artigo 2º, que não me parece bem claro, diz o seguinte:

“A Comissão Executiva, mediante Decreto Legislativo, com força e eficácia de Resolução, promoverá, no prazo de trinta (30) dias, a reorganização dos serviços administrativos da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado,

com reformas estruturais dos órgãos que a integram, alteração de denominação de cargos, funções e séries de classes e definição de competências e atribuições”.

Queremos, apenas, de vez que está sendo apreciado o aspecto constitucional da matéria em sua 1.ª discussão, lembrar à Mesa que nos dispomos também a analisar, mais detidamente, a matéria que vem hoje ao plenário no que diz respeito ao art. 23 da Constituição Estadual que regula o processo legislativo.

O art. 23 diz: “O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I - emenda à Constituição;
- II - leis complementares à Constituição;
- III - leis ordinárias;
- IV - leis delegadas;
- V - decretos legislativos;
- VI - resoluções.

Temos a impressão que a matéria deve ficar esclarecida no sentido se ela obedecerá o processo legislativo ou não. A redação nos parece omissa a respeito, de vez que ela dá atribuição à Comissão Executiva mediante Decreto Legislativo, podendo se entender, por um lado, que, para chegar a esse Decreto Legislativo, a promoverá o processo legislativo. Podendo se entender, também, que a Mesa entenda dispensável o processo legislativo.

Como estamos na revisão do projeto do Regimento Interno, que prevê matéria desta natureza, parece que a praxe na Casa, anterior aos preceitos constitucionais, era uma.

Entendemos, Sr. Presidente, inclusive para futura garantia de todos os interessados que o assunto seja, até a sua 2.ª discussão, inclusive, examinada pela Mesa, de vez que de nossa parte nos reservaremos, em 2ª discussão se for o caso, apresentar a emenda que torne clara e constitucional a matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) - Sr. Deputado, a Mesa vai pretender esclarecer algum ponto que esteja obscuro na Mensagem.

Diz o art. 25, parágrafo segundo, letra “b”: “naqueles relativos à organização dos serviços administrativos da Assembléia Legislativa e dos Tribunais estaduais.”

O que pretende a Comissão Executiva da Assembléia é ordenar as suas próprias carreiras, porque as carreiras estão quase todas elas sem função específica, não há aumento de quadro de pessoal nem promoções. É apenas autorização administrativa do funcionalismo desta Casa. Mas de qualquer forma a Mesa aguarda a 2ª Discussão, se o nobre Deputado quiser apresentar alguma Emenda que esclareça melhor o artigo segundo da Mensagem.

Continua em votação, o Projeto de Lei n.º 23/76. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Alvares Delfino, ocorrido na cidade de Londrina.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 157º aniversário da cidade de Palmeira.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 4.º aniversário da TV Esplanada - Canal 7, de Ponta Grossa, e apresentando cumprimentos a pessoa do Sr. Diretor Presidente Constâncio Mendes, bem como a toda equipe de direção e de trabalho.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrangelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Presidente do Tribunal de Contas e Secretário da Administração, encarecendo providências visando a construção de edifício para abrigar o Fórum da Comarca de Santa Izabel do Ivaí.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, reivindicando melhoria no atendimento aos Educandários de Ponta Grossa e da Região dos Campos Gerais.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de coibir a venda à população de leite em embalagem plástica, na qual não consta sua origem, nem o número de inspeção federal. APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra, para Explicação Pessoal, ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — (lê):

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, exatamente ontem os partidos políticos completaram 10 anos de existência, portanto, há 10 anos ARENA e MDB nasceram. Nasceram para o devido suporte político à Revolução de 64, que todos afirma, confirmam e reafirmam ser a Revolução do Povo. Os motivos, as razões porque foi feita a Revolução, não sobejamente conhecidos por todos nós. O meu Partido, o MDB sabe há 10 anos que os objetivos da Revolução sempre foram, entre outros, primeiro - dar fim a uma crise política que ameaçava seriamente nossas tradições democráticas, tentando implantar aqui uma ditadura comunista; segundo dar fim a uma crise de caráter moral onde a corrupção era a bandeira maior; terceiro dar fim a uma crise econômica que ameaçava o País, colocando-o à beira da falência; 4.º - manter um Governo de austeridade, capaz de devolver aos brasileiros, a tranquilidade, a segurança e a paz social.

O meu Partido, o MDB, sempre concordou com esses objetivos, com os quais sempre colaborou. Ainda que fazendo oposição ao Governo, sempre defendeu a Revolução.

Ocorre entretanto, que, muitos políticos do MDB confundem Governo com Revolução, confundem Revolução com ARENA, quando os três não podem e não devem ser confundidos um com o outro.

Governo é o poder constituído para administrar o País.

REVOLUÇÃO — é a instituição criada para estabelecer uma nova ordem jurídica ao País.

ARENA — é o partido político que atualmente defende o Governo na sua obra administrativa.

Daí, se conclui que uma coisa é fazer oposição política ao Governo e outra CONTESTAR A REVOLUÇÃO.

À ARENA, essa confusão é altamente benéfica porque consegue aos menos visados, transformá-los de Oposicionistas ao Governo em Contestadores da Revolução.

Senhores Deputados.

Pensando assim, procurei estudar um pouco mais nossa situação política.

Após muito meditar, consultar, analisar, formei uma LINHA DE RACIOCÍNIO toda pessoal, que com muita modéstia, porém sem medo, trouxe à apreciação dos políticos, através desta tribuna.

Essa colaboração que pretendi dar ao meu Partido, há alguns meses, custou-me não só a minha expulsão do Partido, como um Processo de Perda de Mandato, e toda sorte de calúnias, até mesmo de traidor. Hoje, o MDB encontra-se diante de um sério dilema em razão das cassações de vários Deputados do Partido.

Impasse tão grave que não conheço outro maior nesses dez anos de existência.

Então voltei, voltei a analisar mais uma vez, minha linha de raciocínio.

E mais uma vez, como colaboração ao Partido apresento minha tese, para o MDB amanhã poder ser "situação", ao mesmo tempo em que defende a Revolução.

Minha tese é a de que o MDB reconhecesse a LEGITIMIDADE DA REVOLUÇÃO E DA AÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS EM NOME DA REVOLUÇÃO.

Porque entende que a Revolução não pode e não deve ser contestada;

Porque os seus objetivos, anteriormente sublinhados, são sadios e legítimos.

Porque, se o MDB não acreditar na Revolução, não acreditar na Ação das Forças Armadas em Nome da Revolução, não acreditar nos Objetivos da Revolução, que são permanentes, haverá sempre uma crise Político-Institucional, como a que assistimos agora, comprometendo não só o Partido, como a própria DEMOCRACIA, retardando com isso, o momento normativo com que sonhamos.

Assim, cabe ao MDB a grande responsabilidade patriótica, responsabilidade que assumiu perante a Nação e o Povo, de acelerar e colaborar com a distensão política, reconhecendo antes de tudo, a LEGITIMIDADE DA REVOLUÇÃO e a LEGITIMIDADE DOS SEUS ATOS;

Não aceitando essa responsabilidade, deve o MDB reconhecer sua incapacidade de ação político-democrática e partir para a

AUTODISSOLUÇÃO."

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em novembro, exatamente em novembro, a 17 de novembro do ano passado, chegávamos a esta tribuna livre da Assembléia do Estado, e fazíamos uma proposição sadia e honesta aos nossos pares, e ao MDB do Brasil, para que traçasse uma linha de conduta para evitar impasses como esse que vemos agora, para que o MDB deixasse de contestar a ação das Forças Armadas e da Revolução; para que não houvesse esvaziamento no debate institucional deste País, e para que a distensão fosse cada vez mais acelerada.

Acontece, que o MDB, mal dirigido, mal levado....

O SR. LINEU TURRA — Permite um aparte, nobre Deputado?

(Assentimento). Acho que V. Exa. está cometendo um engano. Porque não me consta que o MDB tenha contestado as Forças Armadas e a Revolução.

Acho que V. Exa. está cometendo uma grande injustiça, porque uma hora diz uma coisa e outra hora diz outra. Veja V. Exa., que há uma afirmação de que o Governo é da Revolução e de que a Revolução é do Governo. O MDB não critica nem a Revolução, nem o Governo e sim, pura e simplesmente atos de administração. Mas o MDB não tem contestado - e V. Exa. há de provar isto - as Forças Armadas e a Revolução. Pelo menos não vi e nem contestei.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Agradeço o aparte de colaboração que me presta nesta tarde e tenho a dizer que V. Exa., pelo seu comportamento, pelos seus pronunciamentos, de fato nunca contestou a Revolução. Mas acontece que existem Deputados do MDB que se perdem muitas vezes e entram por caminhos obscuros, por caminhos de extremas e não podemos, como democratas que somos, admitir que isto continue.

Se o Partido permite a membros do Partido contestar, a culpa é do Partido. Então, no momento em que defendia a legitimidade da Revolução, era um Deputado que defendia e fui expulso.

Acontece que o MDB prega a democracia e existem Deputados dentro do MDB que são anti-democratas, que usam apenas o Partido.

O SR. LINEU TURRA — Nobre Deputado, mais um esclarecimento. V. Exa. deveria nominar os Deputados que são anti-democratas. Porque, na minha convivência não só com o MDB, mas com o Partido do Governo, penso que todos são democratas. Defendemos os mesmos princípios. Acho que existe alguém que toma uma atitude - vamos dizer - mais violenta, é um caso isolado. V. Exa. não há de querer culpar muitas vezes o Governo por desmandos que outros possam praticar.

De modo que nem sempre chegam estes fatos ao conhecimento do Governo. Assim como muitos atos menos recomendáveis, praticados por um membro do Partido, o Partido nem chega a tomar conhecimento. Acho que neste caso V. Exa. para situar o Partido, com a responsabilidade que está dando, deve nomear os Deputados, para o Partido tomar providências.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Eu disse que o Partido deveria tomar, como deve tomar, uma nova orientação política.

O SR. LINEU TURRA — Concorde com V. Exa., e respeito seu ponto de vista.

Mas devíamos, na oportunidade em que isto ocorrer, denunciar para que providências sejam tomadas. Mas não podemos culpar o Partido...

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Quando digo o Partido neste sentido é que vemos que no programa partidário do MDB nada diz a respeito de defender a legitimidade revolucionária, ao passo que no programa da ARENA ela se intitula o Partido da Resolução.

O SR. LINEU TURRA — Defendendo os princípios democráticos, estamos defendendo a própria Revolução.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Tanto dentro do MDB, como dentro da ARENA, temos áreas radicais. Agora, o que precisamos é absorvê-las e seguirmos uma linha que nos leve realmente, a um momento normativo que todos sonhamos, porque estamos dentro de um processo revolucionário. E cujo processo, a cada ação de elementos do MDB que for contrário à legalidade das Forças Armadas, estará retardando esse processo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, em que pese discordarmos do intróito de seu pronunciamento, o prefácio é dispensável quando se vê um conteúdo de grande significação, do meio para o fim, de seu pronunciamento.

Disse muito bem, nobre Deputado, que a sua própria expulsão do Partido, é o documento evidente da discordância do MDB porque alicerçada na cabeça de seu próprio filho. Somente porque esse homem público, na pessoa de V. Exa., ousado...

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Obrigado.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — ... e ilustre Parlamentar, dá a sua própria interpretação do que é a democracia brasileira.

V. Exa. em se referindo ao AI-5, deu a sua posição que era de quem discordar da AI-5, discorda da Revolução brasileira.

Então, V. Exa. disse que seu Partido peca e foge do pecado quando as consequências relativas a esse pecado advêm, e não quer assumir a responsabilidade dele.

A sua estória política, nobre Deputado, é documento mais eficiente, mais eficaz de que seu Partido contesta a Revolução.

Quero cumprimentar V. Exa. que, mais uma vez, vem à tribuna da Casa para dizer da sua posição. E sai em defesa da paz social que reina nesta Nação e do sistema da democracia brasileira que é o modelo para o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Mesa comunica que já está esgotado o tempo permitido a V. Exa.

No entanto, V. Exa. pode pedir prorrogação se assim o desejar.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, requero mais 5 minutos para concluir minha oração.

O SR. PRESIDENTE — Concedido.

O SR. LINEU TURRA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas um pequeno aparte. Nobre Deputado, o problema de V. Exa. com o Partido é problema interno.

V. Exa. deve saber, como também deve saber o nobre Deputado Quielse Crisóstomo, ou V. Exa. deve esclarecê-lo, que o Partido deu-lhe todas as oportunidades a V. Exa. V. Exa. não foi expulso do Partido. V. Exa. está "sub judice" De forma que teve oportunidade de defesa, uma defesa ampla em sentido democrático.

Todas as pessoas, no meu modo de entender, devem reconhecer seus direitos, suas obrigações e seus deveres, dentro de uma organização partidária.

Acho que aquilo que foi dado a V. Exa., o direito de ampla defesa, no processo de expulsão, deve também ser dado esse mesmo direito a todos os cidadãos brasileiros, nesta Nação.

O meu ponto de vista é este. Não contesto a Revolução, porque acho que ela é uma realidade.

Apenas esse é o meu ponto de vista. E pretendo defendê-lo, como também pretendemos defender o programa de nosso Partido que defende a Democracia inteira, no Brasil.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Certo.

Então, nobre Deputado, tenho apenas a dizer a V. Exa. que o programa do MDB luta pela revogação do AI-5, não contestando o AI-5. Eu também luto pela revogação do AI-5. Tanto que apresentei, nesta Casa, uma maneira de se revogar o AI-5, criando-se um órgão supremo que seria detentor dos poderes, para ultrapassar todas as crises políticas que o País tivesse. E esse órgão seria composto pelo Conselho de Segurança Nacional, representado pelos Ministros, pelos Membros do Supremo Tribunal Federal e pela representação do Congresso.

A defesa que V. Exa. diz que o MDB me deu, foi a defesa mais utópica que podemos imaginar, pois a única maneira que o MDB me ofereceu de me defender, seria uma retratação pública e eu não me sirvo a isso. Porque se programas partidários podem ser criticados, devem ser criticados, e se a crítica fôr construtiva, diz a Lei Orgânica dos Partidos que as críticas podem ser feitas, fora dos Partidos políticos e eu fiz a crítica fora do Partido político, porque na democracia, tudo aquilo que está decidido está por decidir, se nós decidirmos aqui hoje, fazermos uma lei, amanhã podemos decidir revogar essa lei.

Propus uma idéia para evitar esse impasse político que estamos correndo, do fechamento do Congresso e das Assembleias. Porque meia dúzia de parlamentares do MDB não sentiram a responsabilidade que assumiram. Porque o grave problema não é apenas debate institucional. O povo não espera isso dos parlamentares. O povo espera uma solução para o problema social que está aí; o povo espera uma solução para o problema do menor abandonado; o agricultor espera melhor preço. Queremos mais crédito para o agricultor, para o comércio, porque o médio empresariado do Brasil está espesinhado e nós não estamos aqui para verificar a ação das Forças Armadas e criticá-las.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, há de concordar que o debate institucional realmente se faz necessário neste País.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — E é o mais importante.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — O assunto é delicado e é de importância transcendente. O modelo de democracia que o Brasil oferece ao mundo, segundo as palavras do Deputado Quielse Crisóstomo, é extraordinário, e eu digo que não. Haveremos de ter, ainda, no Brasil, garantias absolutas para que

possamos debater esse tema em toda a sua plenitude. Gostaria de separar duas coisas, eminente Deputado: respeitamos profundamente a Revolução e estamos na vida pública há 4 anos dentro do Partido criado por esse sistema revolucionário. respeitamos a Revolução, sim, viva a Revolução e as Forças Armadas que nos dão tranquilidade e segurança. Mas quem aplica os instrumentos de exceção que existem nesta Pátria, não é a Revolução, mas sim o sistema de governo que aí está e foi eleito há dois anos.

Defendi V. Exa., fui contra, totalmente, ao processo de sua expulsão do MDB. Defendi, porque considero isso uma arbitrariedade, não posso concordar. Mas, sou totalmente contrário aos instrumentos de exceção, o AI-5 e o Decreto 477...

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — V. Exa. é totalmente contra, mas devemos apresentar uma saída para a revogação dos instrumentos de exceção. Não podemos ficar apenas batendo com a cabeça nas paredes sem apresentar uma saída. Eu apresentei uma saída da tribuna livre desta Assembléia e fui expulso do Partido.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Só queria separar nessa circunstância Revolução e Governo. Revolução é uma filosofia, uma idéia e uma idéia encerra uma importância excepcional. O próprio sábio francês Vitor Hugo já definiu bem isso: mais poderoso do que todo um exército, é uma idéia cujo tempo tenha chegado. É a idéia esposada pela Revolução, de liberdade, de segurança, de tranquilidade social, que efetivamente motiva a existência do MDB. Agora, efetivamente democracia, há de ser com um governo eleito e sustentado pela vontade popular.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Então, nobre Deputado, V. Exa. falou de um filósofo francês, e eu gostaria de relembrar os ensinamentos de Napoleão Bonaparte, quando afirmou que muitas vezes é necessário voltar um passo atrás, para dar dois adiante.

Assistimos, todo o Brasil viu que era vontade da Presidência da República, já nas próximas eleições para Governador do Estado, fazê-las livres e diretas. Mas o MDB não está colaborando com isto, o MDB por falta de habilidade permite que membros do Partido cheguem à tribuna para denunciar e contestar a Revolução.

Devemos, sim, fazer oposição aos atos governamentais, fazer oposição ao Governo implantado, denunciando as falhas deste Governo, mas denúncias sadias, denúncias que, realmente, tenham um objetivo, tenham um fim social e não, apenas, denúncias que morrem na própria essência.

Por exemplo, no ano passado o nobre Deputado, hoje líder do MDB nesta Casa, subiu à tribuna da Assembléia e disse que se o Governador do Estado não pagasse um salário mínimo às zeladoras de grupo ele iria pedir a intervenção federal no Paraná. Refiro-me ao pronunciamento feito da tribuna da Assembléia pelo Deputado, grande líder do MDB, Osvaldo Macedo.

Devemos colocar as coisas como elas são e não como nós imaginamos que fossem. É preciso que se pague salários dignos a todos os trabalhadores, é justo mas não sob certas ameaças, ameaças que não levam e não nos colocam em vantagem nenhuma. Portanto, mais uma vez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixo. . .

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Devo, por mais uma vez, fazer uma intervenção no sentido de juntar-me a V. Exa., com rara felicidade faz hoje citações de problemas, que realmente são problemas internos do Partido, há incoerências de elementos significativos dentro da agremiação que V. Exa. pertence ou pertencia. . .

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Pertença.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — V. Exa. referiu-se ao

Deputado Osvaldo Macedo, e posso, para melhor clareza

das incoerências de procedimento, lembrar que esse Deputado que pedia aos poderes que o Ato Institucional teria fossem distribuídos entre o Legislativo e Judiciário. Dias após fazia pronunciamentos contra o seu pronunciamento, pois fazia referências frontais contrárias aos princípios contidos no Ato Institucional 5.

Esses procedimentos, essa mudança de procedimento, a exemplo do discurso que ouvi de Sguarezi e da interpretação de alguns Deputados tentavam dar ao seu discurso, tentando até mudar o próprio sentido do discurso. Foi um discurso direto, um ataque frontal à Revolução porque comentou-se, de começo ao fim sobre uma medida revolucionária e tentou-se, hoje, nesta tarde, dizer que não se está, o MDB, contra a Revolução, e sim contra os atos do Governo.

Essas incoerências, nobre Deputado, é que fazem de V. Exa. um elemento que no meu conceito cresce, por seus pensamentos próprios e pelo cuidado que V. Exa. tem, da tribuna, de obedecer sempre um ritmo nas suas exposições.

V. Exa. nesta tarde receba, deste Deputado, os cumprimentos pela linha que adota e que vem adotando até aqui, de coerência e fazendo uma crítica ao pronunciamento de seu Partido com relação a um membro tão significativo como o é V. Exa.; um Partido que não quer medidas ásperas, quando estas partam da Revolução brasileira, mas que ele mesmo ameaça até para o futuro, que eles preconizam seja nas mãos do MDB; ameaça a Nação brasileira na sua paz, porque dão um castigo no meu entendimento não merecido, a um membro do seu Partido, dão um exemplo de como, Deus nos livre, seria, fosse o MDB o dono da Revolução.

Pelo que vejo o MDB fazer com V. Exa., peço a Deus que nunca este País caia nas mãos do MDB.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência comunica o orador que se encontra na tribuna, que seu tempo está esgotado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Solicito à Mesa, prorrogação de mais 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE — Infelizmente o Regimento não permite à Mesa, conceder mais de 30 minutos.

A Mesa no entanto, concederá a V. Exa., mais um minuto.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, perguntaria a V. Exa. se posso me inscrever para Explicações Pessoais, após o Deputado Scarpelini.

O SR. PRESIDENTE — Evidente que sim.

O SR. NELSON BUFFARA — Solicito então a minha inscrição.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Então, Srs.

Deputados e mais especialmente aos do MDB, nós temos uma única saída ainda, defender a legitimidade da Revolução, ou, em conjunto, uma renúncia, para darmos oportunidade para que a democracia e para que o momento normativo neste País não se retarde.

Eu gostaria de permitir um aparte ao nobre Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — V. Exa. não pode me permitir aparte, eis que seu tempo está esgotado, e eu já me inscrevi para falar em Explicações Pessoais.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, encerro assim a minha linha de pensamentos nesta tarde, desta tribuna livre da Assembléia do Estado. — *(Sem revisão do orador)*.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, em Explicações Pessoais.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou nesta Casa desde o ano de 1966. Conhece-me bem os Deputados que têm privado comugi desde aquela data; tenho demonstrado um equilíbrio dos mais destacados como Deputado do MDB, sensato sobretudo, o que tem me custado, via de regra, uma pixação de ser o mais arenista dos emedebistas. Mas eu quero dizer a todos, à Mesa Executiva e aos Srs. Deputados, que, sempre, por filosofia porque é do meu feitio, do meu

temperamento, é intimamente pessoal, jamais admiti políticos radicais quer da esquerda, quer da direita. Sou, por formação cristã, um anti-comunista, convicto, mas, abomino também ditadura de direita. E em assim se tratando, por paradoxal que seja, pedi um aparte ao Deputado José Domingos Scarpelini quando estava no estertor do seu tempo.

Eu não posso concordar com o que motivou o Deputado a ir à tribuna, inclusive, alimentando problemas superados, querendo comprometer companheiros nossos; alimentando uma briga, provocando apartes de solidariedades, de Deputados da bancada situacionista, quando tinha que ser o inverso. É este o paradoxo que eu estabeleço.

O Deputado Scarpelini, tem se revelado em seus pronunciamentos, todos eles, provocando uma forte reação, um impacto nesta Casa, são pronunciamentos que me parecem são feitos e não analisados com profundidade.

Não discordei, não discordo e não discordarei, do que disse inclusive o Deputado Lineu Turra, que ele não é contra a Revolução nem contra o Governo que aí está implantado; ele é contra, o nosso Partido também o é, e eu o sou, uma série de coisas que devem ser aperfeiçoadas. Nós jamais desacatamos desta tribuna, o Exército, as Forças Armadas ou a Revolução. Se eu assim entendesse eu não seria candidato em 66 a Deputado Estadual, que já existia a Revolução.

Se eu admiti ser candidato, eu pactuo com a Revolução e sou candidato pelo MDB, fui em 70 reeleito, em 74 novamente.

Mas eu acredito que o Sr. Deputado Scarpelini não tem maturidade para estar nesta Casa; ele está despreparado para estar nesta Casa. Porque ele tem provocado os mais absurdos que eu encontro, provocado inclusive ao brilhante Deputado Quielise Crisóstomo da Silva de apartear-lo e de criar uma situação ridícula para o nosso Partido.

É contra isto que eu me insurjo.

O que eu acho, inclusive, é que ele não está suficientemente preparado para estar nesta Casa, foi expulso do Partido. Se expulso estivesse, não poderia estar aqui neste momento. Tinha o seu mandato cassado, consequentemente se tivesse sido expulso do Partido.

Ele usa certas expressões que eu não posso entender. "Fui expulso do MDB", ele poderia dizer "poderei ser expulso", mas não. "Fui", colocar no passado. Se o caso está subjudice, como disse o Deputado Lineu Turra,...

Tem o aparte o Deputado Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Pela vontade dos Emedebistas, fui expulso do Partido, nobre Deputado.

O SR. NELSON BUFFARA — Está prejudgando.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Acontece que eu fui expulso por uma linha doutrinária que assumi na Assembléia Legislativa do Estado.

Nunca ninguém pediu a expulsão de V. Exa.?

O SR. NELSON BUFFARA — Nunca houve motivos para isso.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Eu não acredito que seja verdade, que dizem que V. Exa. tem o mando político de Paranaguá e ninguém nunca pediu a expulsão de V. Exa., porque isso não é verdade.

O SR. NELSON BUFFARA — V. Exa. pergunte ao nobre Deputado Ivo Thomazoni, que é o líder da ARENA, se eu tenho comando político em Paranaguá.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Mas eu não acredito nisso, Deputado.

O SR. NELSON BUFFARA — A interpelação equivale a uma suspeita.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Se V. Exa. não me considera expulso do Partido, eu também não me considero expulso. Mas o MDB oficiou ao tribunal, pedindo a minha expulsão, cujo processo estou respondendo. Agora, eu apenas fui à tribuna da Assembléia, para pedir ao MDB do Brasil, que amanhã se reúne em Brasília — e desta reunião eu

farei tudo para dela participar, — que analisem com mais tranquilidade, que analisem com bons olhos, a situação em que atravessamos. V. Exa. bem disse que é contra as extremas-esquerdas e contra -as extremas-direitas. Eu também sou contra. E o atual sistema é contra, tanto que os radicalismos não são admitidos neste País. E todos que o praticaram foram punidos.

Portanto, nobre Deputado, agradeço o aparte que V. Exa. me dá, e peço a V. Exa., para analisar melhor os meus discursos, e as minhas tomadas de posição nesta Casa, para depois me taxar de imaturo.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Ilustre Deputado Nelson Buffara, não poderíamos de maneira alguma, nos recolhermos aos nossos gabinetes e posteriormente aos nossos lares, e levarmos a nossos familiares e à nossa própria consciência, atos praticados nesta Casa, tentando de uma forma ou de outra, fazer com que se valesse de alguma coisa um Senhor Deputado da ARENA, chamado Quielse Crisóstomo da Silva.

Se o MDB não tem, como sua própria palavra diz, a condição de ser Governo neste Estado e neste País, queremos rememorar a esta Casa que o ilustre Deputado Scarpelini não tem passado político algum. Teve uma sanção, através do Conselho de ética, posteriormente referendado numa reunião do Diretório Regional, optando pela sua expulsão.

Vou invocar ao Paraná um homem que deu muito ao Paraná que foi o Governador deste Estado, que deu ascensão ao Partido do ilustre Deputado e deu a ele próprio que é funcionário público, que foi Paulo Pimentel, que tem um passado de obras neste Paraná e que foi marginalizada no Partido.

Se o MDB não tem condições, a condição está na própria ARENA, que entre briga de família, ficamos ao lado.

Estamos nesta tribuna apenas referendando a posição poluta (ou política?) de Paulo Pimentel em seus atos administrativos.

E não poderíamos nos calar, além da posição incorreta do Deputado Scarpelini, falando de nosso ilustre líder Osvaldo Macedo, rememorando sua atuação nesta tribuna. Não poderíamos nos lançar a este episódio sem outro, respondendo ao ilustre Deputado, que o Partido a que a ilustre pessoa pertence é um Partido que já está superado a si próprio, onde homens que no passado construíram e fizeram a ascensão do Partido, estão marginalizados com este remanejamento de pessoal, com esta posição adotada por alguém que nada representa, porque não tem corpo. Os votos referendados pela ARENA através de nosso conhecimento, são de homens ligados diretamente à ala de Paulo Cruz Pimentel. O nosso lado, o lado onde nos identificamos politicamente é o lado de Osvaldo Macedo, homem correto, íntegro, que demonstra na sua atuação nesta tribuna e na sua participação neste plenário, que é dotado de uma coerência acima da de qualquer outro Deputado do MDB.

É o exemplo da coerência política demonstrada por homens decentes. Nunca Osvaldo Macedo tentou aliciar alguém ou outro Deputado em algum parecer da Comissão. Sempre foi e será o exemplo de dignidade nesta Casa. O eminente líder de nosso Partido tem o respeito dos Deputados do MDB como dos da ARENA e não poderíamos deixar de falar, quando um Deputado tenta denegrir a sua pessoa.

Quero dizer que o Deputado não se parabenizou com o Deputado Scarpelini, mas se aproveitou. V. Exa. não quis dizer diretamente, mas eu o digo. O Deputado Quielse se aproveitou.

O SR. NELSON BUFFARA — Com rara felicidade, diga-se de passagem.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Queria que ficasse registrado, aproveitamento político, coisa de que ele é dotado.

O SR. NELSON BUFFARA — Apenas quero mais uma vez enfatizar e esclarecer aos Srs. Deputados que me insurjo e

que sempre irei me insurgir contra os que querem dividir, enfraquecer. Acho que numa hora difícil por que o País atravessa, hora imprevisível em que nem a ARENA nem o MDB podem saber o que acontecer, temos que nos somar. É hora de calarmos de dizermos aquilo apenas que é necessário, razão pela qual não admito que um Deputado venha à tribuna para criar divisionismo, criticando o nosso líder, e que o Deputado Quielse, inteligente como é, habilidoso, oportunista, bom Deputado, aproveitou com rara felicidade para, num aparte, solidarizar-se ao Deputado José Domingos Scarpelini que deu razão de sobra para fazer isso.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Deputado Nelson Buffara, V. Exa. dentro da linha que conhecemos desde 1966, vem também, mais esta vez, nesta tarde, dar seqüência à sua obra meritória. . .

O SR. NELSON BUFFARA — V. Exa. me conhece bem, convive comigo há tempo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — . . . de homem de praz, equilibrado.

Mas, aproveitando este aparte, quero me dirigir ao Deputado Zuk, para dizer, sucintamente para não roubar seu tempo: que este Partido que é a ARENA, do qual sou o Primeiro Secretário, e hoje, também acumulando a Secretaria Geral, não deve ser um partido falido, um Partido fracassado, como disse o nobre Deputado Zuk. Porque é um Partido organizado a tal ponto que já tem, neste Estado, diretórios municipais, em todos os municípios, organizados, bem organizados.

E infelizmente, não era minha vontade interromper V. Exa. nessa tribuna, mas pelo aparte do Deputado Zuk. E digo, num parêntesis, não com vontade de atingir o orador que está na tribuna, o Partido de V. Exa. — repito — não deve ter condições sequer administrativas para pensar em governar o País. Porque não teve ainda condições, não teve ainda capacidade administrativa de se organizar dentro do Estado do Paraná. Porque, encontramos ainda municípios, neste Estado, que sequer têm diretórios organizados.

A ARENA e MDB nasceram juntos e trabalham “pari passu”. E nós, da ARENA, oferecemos ao povo do Paraná, um Partido organizado, um Partido de vitórias e derrotas, mas, acima de tudo, um Partido que demonstra capacidade para dirigir o Estado. E, evidentemente, capacidade para dirigir, como vem dirigindo, a Nação Brasileira.

O SR. NELSON BUFFARA — Em que pese as considerações que

V. Exa. fez, discordo frontalmente.

Porque é lógico, Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, que nós do MDB, homens que não temos condições econômicas, estrutura econômica, para implantarmos o que a ARENA implantou, neste Estado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Inclusive sob coação. Permite um aparte?

O SR. NELSON BUFFARA — É pensamento de V. Exa. Breve concederei aparte a V. Exa. Impora o fato de que o MDB, realmente, não conseguirá essa organização, única e exclusivamente, por falta de condições econômicas. Não temos condições de chegar onde os Srs. da ARENA chegaram.

Quem sabe, no futuro, sejamos governo, e possamos nos mostrar organizados como V. Exas, da ARENA, hoje se mostram.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado Quielse Crisóstomo, V. Exa. acredito, não ouviu muito bem o meu pronunciamento. Porque, no início, disse que o único Partido que poderia salvar o País seria o MDB, porque a ARENA, nobre Deputado, está falida pelos desmandos que estamos vendo nas cidades do Interior.

Se o MDB não montou todos os diretórios em todas as

idades do Paraná, é porque não tem uma máquina administrativa nas mãos, como tem o Governo e a ARENA. E porque o nosso Partido, para montar diretórios e arregimentar eleitores em todos os municípios, não usa da coação que a ARENA usa, em muitos municípios.

E se V. Exa. me permitir, gostaria de analisar a política arenista de Apucarana, onde o funcionário público que não pertence à ARENA será tratado como se fosse um terrorista. Professoras têm que se filiar a ARENA, só recebe autorização ou coisa parecida, para o despachante de trânsito de minha cidade, quem não for do MDB. Não não temos essa máquina nas mãos para forçar o alinhamento de gente em nosso Partido.

Muito obrigado.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — V. Exa. permite um aparte?

O SR. NELSON BUFFARA — Darei os minutos finais a V. Exa.

mas quero concluir agora. Peço exclusas, Srs. Deputados, de ter vindo à tribuna tratar de assunto estéril, inteiramente estéril, que não devia ser trazido a plenário, na minha concepção. E, se vim abordar esse ponto aqui, é porque não poderia deixar de falar, pela minha experiência política, desde 1951, com mandato eletivo, 16 anos Vereador em Paranaguá, o mais votado de Paranaguá e graças a mercê do povo, 3 vezes Deputado Estadual. Tem o aparte V. Exa.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Só para dizer-lhe que as razões apresentadas pelo ilustre Parlamentar, de falta de diretórios, não justifica de maneira alguma, porque as condições que alega não existem. Organizei diretórios da ARENA em municípios onde o Prefeito é do MDB. Organizei diretórios da ARENA em municípios de outro parlamentar da ARENA, enfrentando Prefeito e comandos políticos. De modo que talvez exista uma razão maior, essa não deve ser a principal, porque as armas justificam os métodos e a arma é a liderança política que promove e organiza diretórios, e não a cobertura governamental. Poderia citar uma infinidade de casos, principalmente de um Deputado do MDB, Deputado atuante, de valor, que organizou na minha área, em áreas de minha liderança, Diretório do MDB. Não vou jogar confeti nenhum ao Deputado Adalberto Daros, mas é um dos que se implantou em parte de minha região, com seu trabalho pessoal. Não me consta que ele tenha verba de alguém, como nós não temos também verba de ninguém. É trabalho puramente de líder regional. De modo que talvez o Deputado pudesse justificar em outra oportunidade a razão principal da falta de instalação de diretórios. Isso repercute mal. Dá impressão de que o Partido não está ainda maduro para governar um Estado. É impressão minha, mas as razões expostas por V. Exa. não justificam.

O SR. NELSON BUFFARA — Deputado Daros atua na região metropolitana do Estado e o Paraná é um Estado enorme, é difícil chegarmos a um município distante 600 ou 800 km. da Capital. Na região metropolitana é mais fácil, muito embora reconheça no Deputado Daros um dos Deputados mais combativos, sempre assim considerado desde que foi Vereador.

Mas justifico que nós, aos Deputados do MDB, é difícil organizarmos diretórios nos municípios distantes, onde existe um mínimo de eleitores. O MDB ganhou as eleições, em todos os municípios, o que, acredito, foi um fenômeno nacional, mas temos que nos organizar. Pretendemos nos organizar, e vamos nos organizar. Tomara que não seja em futuro munitoremoto. O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Deputado Nelson Buffara, V. Exa. deve ter observado que, na condição de líder, pretendia respeitar as divergências internas do Partido de V. Exa., mesmo porque as atitudes do eminente Deputado Scarpellini divergentes dos pontos de vista de outros Srs. Deputados, pensava eu, deveriam ficar restritos à discussão da bancada do MDB.

Mas, verifico, eminente Deputado, que embora esta respeitabilidade, que embora o silêncio não fosse compreendido

por alguns Deputados, como de respeito à divergência de opiniões da bancada do MDB sempre ocorre nesta Casa que as discussões tenham que derivar em ataques ao nosso Partido.

Quando ouço falar em ARENA como Partido falido, quando ouço emitirem conceitos menos respeitosos à ARENA é natural, eminente Deputado Nelson Buffara, que não partindo de V. Exa., porque V. Exa. tem sido um cavalheiro nesta Casa, mas partindo de Deputados Estaduais machuca, nobre Deputado

Desejava dizer ao eminente Deputado Scarpellini, ao eminente Deputado Zuk, que sempre se referem à ARENA de forma pejorativa, que a ARENA nesta Casa e neste Estado é Partido Majoritário. Mantemos representação numericamente superior ao MDB. Falido onde, eminente Deputado. Por que numa eleição fomos batidos? Mas não fomos batidos no nosso ânimo de continuarmos lutando para voltarmos às grandes vitórias eleitorais, que haveremos de voltar.

Tão somente pediria, mais uma vez, como sempre tenho feito nesta Casa, nos respeitemos mutuamente. Podemos divergir politicamente, podemos até discutir nesta Casa, mas por que as ofensas de ordem partidária e até de ordem pessoal?

Ouvi o Deputado Zuk dizer nesta casa hoje, que o episódio Haroldo Leon Peres vem provar que a Revolução, que o sistema, que todos nós somos uma podridão. Ele não aceita o episódio Haroldo Leon Peres como um fato isolado, mas justifica desta tribuna outro Deputado do MDB, fato isolado num pronunciamento de Deputado do MDB como de contestação ao regime. Então, podem existir fatos isolados no MDB, mas não podem existir na ARENA. É contra este tratamento, de dois pesos e duas medidas, que tenho que me revoltar para dizer a V. Exa., mas uma vez, que me merecem todos os Deputados do MDB, como me merece o MDB como Partido, como instituição política, todo o respeito. Apenas pediria, novamente, faço este apelo com todo o sentimento de cristão, de patriota, de brasileiro e de democrata, por favor, respeitem a ARENA naquilo que ela tem de valores, que não são poucos, como nós respeitamos os valores do MDB que reconhecemos não são poucos. Mas, os adjetivos de Partido falido, Partido que exerce coação, Partido sei lá de tantas outras expressões malditas que não se assaquem mais contra nosso Partido. São formas pejorativas e são expressões que nos ofendem pessoalmente.

Estamos na ARENA por convicção, porque tanto quanto V. Exa. que está no MDB por convicção, até diria por formação nós também estamos na ARENA com este único objetivo, de entendermos que é na ARENA que haveremos de promover o bem-estar da sociedade, da coletividade. É preciso que sejamos respeitados, do contrário o diálogo nesta Casa será impossível de ser mantido em nível alto.

Muito obrigado, eminente Deputado Nelson Buffara. O SR. LUIZ CARLOS ZUK — V. Exa. me concede um pequeno aparte? (Assentimento).

O diálogo, ilustre Deputado, realmente, nesta Casa é difícil. Primeiro, para quem não tem ouvido, eu não falei genericamente o caso de Haroldo Leon Peres, envolvendo o sistema, Revolução e Governo e Deputados desta Casa; eu falei de um Sr. Deputado que denunciou Haroldo Leon Peres nesta Casa, chamado Nivaldo Kruger da época. Foi ameaçado de processo.

Infelizmente alguém não tem bom ouvido como tem as notas taquigráficas que aí estão inseridas e até eu peço, pela desatenção na sessão de hoje, que o ilustre líder da ARENA leia as notas taquigráficas, e veja que não foi envolvimento de ninguém, quando o nosso nome foi mencionado pelo ilustre líder, que, nós envolvemos a ilustre representação da ARENA, com o episódio Haroldo Leon Peres, e para ficar testemunhado nesta Casa que, nós falamos em português, e alguém entende inglês, nobre Deputado.

Nós somos MDB revolucionários, participamos do Governo, aceitamos as posições adotadas pelos ilustres homens da

ARENA, porque entendemos as suas posições. Mas o que nós não entendemos, é o seguinte:

O Sr. fala alto e bom som, e alguém tenta distorcer, por seus pensamentos maquiavélicos, o que nós fizemos aí na tribuna.

O SR. IVO THOMAZONI — Ouvirei a gravação desta sessão.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Além da gravação, eu queria que fosse também destinadas ao ilustre líder da ARENA Ivo Thomazoni, as notas taquigráficas onde está inserido que nós falamos em Nivaldo Kruger, posteriormente Haroldo Leon Peres, e, não, representação política de ARENA. E quando nós referendamos aqui a episódios principalmente revividos por partidos políticos, alguém vem nos dizer que não temos condições de ser Governo porque não possuímos o maior número ou a totalidade dos diretórios registrados no Estado do Paraná.

O que nós temos no Estado do Paraná é, quase 250 diretórios formados, ou quase a totalidade dos municípios; o que nós temos no Estado do Paraná e no território nacional, é, dado um exemplo a esta Nação brasileira. Basta citar as posições adotadas de tribuna, de trabalho, de Comissões nesta Casa e nas outras Casas de Leis deste País, dos homens do MDB e da ARENA.

Respeitamos a ARENA, travamos um diálogo aberto e franco. Agora, o que nós não admitimos é que alguém, a cada vez que venha falar na tribuna, envolva MDB contra a Revolução — greve, protesto, Estrada de Ferro Central não sei o que, greve dos maquinistas, greve, tudo é greve.

Nós somos MDB revolucionários, nesta tribuna.

Nesta Casa o MDB tem 2 ou 3 Srs. Deputados que têm passado político antes da Revolução. O restante são todos Srs. Deputados de 64 para cá, ou homens públicos de 64 para cá. O que nós não admitimos, Sr. Deputado Nelson Buffara, é que alguém venha e cada vez que seja mencionado o nome deste ou daquele Deputado, tente envolver sistema, Revolução, Governo. Nossas atitudes aqui são em termos municipalistas, em representação estadual e, quando às vezes nos referimos a Governo Federal no sentido de apontar erros, falhas, ou boas ações, o que nós não podemos admitir é que alguém que desfruta de uma posição de Líder, venha dizer que o diálogo é difícil. Difícil para quem não entende. Eu me proponho de, hoje, de, ontem, de, amanhã, sempre, estar na tribuna, aberto como estive, não, fechado.

O que nós queremos, Sr. Deputado Nelson Buffara, é que fique registrado e esta reunião do dia de hoje até é memorável. No dia de amanhã teremos uma reunião nacional do MDB, onde irá ser dado ao conhecimento público nacional, o resultado do nosso Partido em relação às últimas cassações efetuadas neste País.

Nesta casa hoje, estamos dando a este plenário o exemplo de que, o MDB é realmente um Partido de portas abertas — o Deputado Scarpelini veio aqui, falou o que sentia, o que pensa, o que tem; vem V. Exa., dá o seu pronunciamento; vem a nossa participação, com aparte; agora, vem outro alguém, se envolvendo com sistema, Revolução, enfim, Governo.

Nós não temos nada contra a Revolução; nós não temos nada contra o sistema, o que nós temos é um programa partidário, que nos filiamos ao Partido que nos identificamos.

Vamos até o fim, pelo MDB, pelos seus estatutos, pela direção nacional, pela direção regional, pela direção municipal.

Entendemos que alguém só pode ser livre, quando a sua liberdade é expressada através da palavra; e não com aceno de mão. Senta ou levanta, tira o paletó, põe o paletó. A nossa bancada não é de por paletó. O paletó que nós vestimos é o paletó do povo paranaense e brasileiro.

E V. Exa. dá um amostra a esta Casa que a decência, o diálogo aberto do MDB sempre terá com governo ou sem governo com quem for, com líder ou sem líder, porque temos a ilustrada bancada da ARENA. Homens decentes, companhei-

ros nossos, homens que se identificam com a gente. Homens que pensam e traduzem através das suas atuações, a educação política.

Se alguém não tem, isso não é responsabilidade nossa. O SR. IVO THOMAZONI — Quem não tem educação, Deputado?

Quem não tem educação, dê o nome?

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Se alguém não tem educação para pedir um aparte, ao Sr. Deputado que usa da tribuna, já está caracterizado quem não tem.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem, Sr. Presidente).

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) — Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, estamos de longa data já aceitando, eminente Presidente, provocações do Deputado Luiz Carlos Zuk. Este Deputado falta com a educação parlamentar de longa data com os Deputados da ARENA e, em especial, com a pessoa do Deputado Ivo Thomazoni. E S. Exa. que não cometa mais este deslize, Sr. Deputado, se não eu não serei responsável pelas minhas atitudes. É bom que este eminente Deputado, que vem sofismar, levantar a voz, pensando que nós baixaremos a cabeça, que tenha um comportamento mais digno, mais ética parlamentar.

Do contrário, eu não sou responsável pelos meus atos. Que isso fique registrado, eminente Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). A Mesa solicita ao nobre orador, Deputado Nelson Buffara, bem como, ao apartante, Deputado Luiz Carlos Zuk, e ao eminente líder do Governo e da ARENA, Ivo Thomazoni, que por favor, mantenham a ordem, a disciplina e a boa educação, que têm norteado até aqui, esta Oitava Legislatura. E, solicitando isso, diz ao Sr. Orador, que o seu tempo está esgotado. Já foi prorrogado sem seu requerimento por mais 15 minutos, para não incomodá-lo, e desta feita, esgotada a meia hora que lhe era reservada, e concede mais dois minutos para que conclua o seu pensamento.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente. — Estes minutos que me restam para concluir, eu pediria que houvesse mais espírito de compreensão entre os Srs. Deputados, quer de nos, quer do lado de lá.

Acho que nós temos que pensar mais em termos de "Paraná", em termos do "povo" que nos trouxe a esta Casa.

Vamos ver se esquecemos certos arroubos, de um lado e de outro, más interpretações de um lado, ou expressões que não queriam chegar a estes objetivos, porque se antecipam assim dias difíceis para nós. Vamos procurar afastar de nossas idéias, tudo que possa trazer intranquilidade, clima insuportável nesta Casa. Tem o aparte, o Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Deputado Nelson Buffara, a Presidência, Luiz Gabriel Sampaio, e outros Srs. Presidentes que passaram por esta Mesa, está qui no Diário da Assembléia, referendo à nossa atuação política nesta Casa. Sempre procuramos não individualizar quem quer que seja; não procuramos atacar a quem quer que seja, diretamente. A não ser a sua posição política adotada.

Agora, o que eu quero dizer, que mentiroso é a pecha que realmente volta...

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Faz soar a campainha).

A Mesa se reserva o direito, uma vez que o seu tempo está esgotado, de encerrar a participação do Deputado Nelson Buffara.

Tem a palavra, para Explicações Pessoais, o Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, a palavra ofensiva que eu vou dizer ao ilustre líder da ARENA, é que ele tenha a compostura política que eu possuo.

Nós demos aqui, nesta Casa, a demonstração que dá, de, realmente, não ter valor significativo e caráter.

Eu tenho pouca idade, mas tenho decência de caráter. Quero atribuir a esta platéia que nos honra com a sua visita...
O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). Quero recomendar ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk que modere-se, que esta Presidência se reservará o direito de suspender a sessão no momento em que entender que o bom diálogo nesta Casa não será mantido.

Solicito ao Sr. Deputado, que ao usar a sua prerrogativa regimental de quinze minutos, que o faça com a tranquilidade possível porque esta Presidência encerrará os trabalhos no momento em que achar necessário.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — O que me fez usar a palavra nos apartes ao Deputado Nelson Buffara...

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Logo concederei o aparte ao ilustre colega.

(Tumulto no plenário).

Sr. Presidente, peço que tome a liberdade de fazer com que certos Senhores Deputados tenham a decência que temos de ouvir o orador que se faz presente na tribuna.

Já que foi aquiescida pelo nobre Plenário, esta nossa prerrogativa regimental, queremos alto e bom som dizer aos ilustres Senhores do Comitê de Imprensa credenciados nesta Casa, que não levem a má imagem que não possuímos, como creio que não possui o ilustre líder Ivo Thomazoni. Pela vivência que temos nesta Casa, cremos que o ilustre líder deve estar estafado, comprometido e, acima de tudo, esgotado, o que faz com que pense que nossas palavras são a ele dirigidas. Nada temos contra o Deputado Ivo Thomazoni. Temos contra a atitude política representada por ele nesta Casa.

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Depois de conceder ao Deputado Valter Pietrângelo.

O que temos aqui nesta tribuna, diariamente, assiduamente...

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Depois de conceder ao Deputado Valter Pietrângelo e Gilberto Carvalho, concederei a V. Exa.

O que temos feito diariamente é fazer valer a nossa representação. Nós do MDB, que não possuímos o respaldo do Governo, que não temos a vontade acima da verdade, mas que temos a verdade acima da vontade.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Pela ordem). Sr. Presidente, artigo 151, § 5º...

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente...

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, estou com a palavra, pela ordem, e quero que minha palavra seja assegurada.

(Tumulto no plenário).

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra amanhã, dia 7, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 254/75, 01/76 e de Lei nº 15/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nº 02/76 e de Lei nº 172/75, 290/75 e 173/75;

Fica marcada para quinta-feira, dia 8, a 2ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 23/76.

Levanta-se a Sessão.